



O Discurso Jornalístico e o Acontecimento Histórico: o Centenário da Guerra de Canudos no Jornal O Estado de S. Paulo¹

Lidiane Santos de Lima PINHEIRO²

Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, BA

Resumo: Apesar de a noção de temporalidade sustentar muitas reflexões acerca da notícia, poucos estudos tocam na articulação entre o acontecimento histórico e o discurso jornalístico. Visando explicar a construção discursiva de um importante acontecimento do passado lembrado pela imprensa moderna, serão mobilizados conceitos relacionados ao acontecimento, aos valores-notícia e à temporalidade no jornalismo. A partir de tais apreciações teóricas, será avaliada a produção jornalística que tem eventos históricos como gancho. Para isso, serão analisadas matérias do jornal *O Estado de S. Paulo* publicadas durante o centenário da Guerra de Canudos.

Palavras-chave: acontecimento; discurso; jornalismo; relevância; temporalidade.

A produção de informação midiática, ao pôr em interação os parceiros de comunicação ligados a um contrato específico, visa não apenas influenciar, mas, antes, permitir a sobrevivência do órgão. Na situação de concorrência experimentada pelos jornais modernos, o objetivo de satisfazer os afetos e conhecimentos do leitor é também uma manobra de captação de destinatários (LOCHARD, 1996). Afinal, muito mais do que prestar um serviço social, na imprensa moderna tudo é feito para ganhar e conservar a confiança do público consumidor.

Para cultivar a fidelidade dos leitores, o jornal mantém um compromisso não apenas em relação a sua conduta, mas também às áreas temáticas do impresso e ao seu conteúdo. Assim, visando responder às novas expectativas de um leitor cada vez mais pragmático e apressado, o critério da objetividade jornalística tem perdido espaço para a disponibilidade da novidade ou a valorização da atualidade.

A cobertura de fatos atuais (fatos de um passado recente, narrados como ainda pertencentes ao presente – um presente distendido) é hoje uma prioridade do discurso jornalístico, que constrói modos de distinguir ocorrências banais de acontecimentos

¹ Trabalho apresentado no GP de Jornalismo Impresso do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora assistente do curso de Comunicação Social da Universidade do Estado da Bahia – UNEB; mestra em Literatura e Diversidade Cultural – UEFS e doutoranda do curso de Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: lidicom@ig.com.br



singulares³ e investe sentido sobre estes, tratando-os como relevantes. Atualidade e relevância, portanto, são noções imprescindíveis para a compreensão da construção discursiva do acontecimento jornalístico.

Contudo, no presente artigo⁴, não analisaremos notícias sobre fatos recentes. Trabalharemos especificamente com textos jornalísticos que mobilizam o fator tempo como critério de noticiabilidade. Portanto, não nos interessa apenas revisar os modos como o discurso jornalístico atribui relevância e atualidade a um evento, mas, principalmente, investigar como o faz em matérias que abordam um passado distante. Como, numa cultura de exacerbação do tempo presente, um evento histórico⁵ é reinterpretado pela imprensa? Como são construídos os dispositivos enunciativos, quando um acontecimento que foi noticiado no passado é pautado pelo jornal cem anos depois?

Na primeira parte do artigo, buscaremos compreender como são mobilizadas as noções de relevância, expectativas do leitor e temporalidade na construção discursiva do acontecimento na imprensa. Depois, apresentaremos nossa metodologia de análise. A partir de vestígios da enunciação, serão articulados os processos de produção e interpretação do sentido com o contexto sócio-cultural a ele relacionado.

Por fim, analisaremos o discurso d'*O Estado de S. Paulo* sobre a Guerra de Canudos, a partir de matérias publicadas por este jornal no ano de 1997 (centenário do conflito). Este tema foi escolhido pela importância que tem não apenas para a história do país (a maior guerra do interior do Brasil e um dos maiores eventos da imprensa brasileira), como também para sua cultura – o que pode ser comprovado pelo grande número de publicações e produções acadêmicas e artísticas a ele relacionadas. Quanto ao jornal selecionado, sua escolha é justificada por: ter sido um dos periódicos que mais se destacaram na cobertura da campanha de Canudos, em 1897; ter ganhado relevância na própria história da guerra, ao enviar como correspondente o escritor Euclides da Cunha; e, por fim, por ainda estar em funcionamento na atualidade.

³ Segundo Molotch e Lester (1996), *ocorrência* (fato) é todo e qualquer evento que se passa no mundo empírico: um nascimento, uma morte, um acidente etc.; mas quando a ocorrência ganha um significado singular para um indivíduo ou grupo social, que atribui a ela um valor especial e uma utilidade (um uso qualquer desta informação), há aí um *acontecimento*.

⁴ Este artigo apresenta alguns resultados iniciais de uma pesquisa mais ampla sobre o tema, que tem como corpus os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* de 1996 a 2009 e matérias publicadas por *O Estado* no ano da guerra de Canudos (1897).

⁵ Entende-se por acontecimento histórico um fato do passado construído discursivamente como algo relevante para a História de um povo.



1. A Temporalidade e a Relevância do Acontecimento no Jornalismo Impresso

Em 1897, no Brasil, o telégrafo e as linhas de trem eram fundamentais para que a notícia circulasse pelo país. Entretanto, pelo telégrafo os jornalistas enviavam notas curtas, enquanto as matérias completas só chegavam às redações com semanas de atraso. Mesmo após o fim da Guerra de Canudos, ainda foram publicados artigos escritos durante as batalhas. Os textos eram longos, cheios de opiniões e incertezas, e muitos deles foram desmentidos dias após a publicação.

Cem anos depois, o jornalismo é outro. Diversas transformações foram testemunhadas a partir do século XX. Além da crescente profissionalização, as mudanças tecnológicas e econômicas definiram um novo jornalismo, orientado para o mercado e cheio de regras de conduta e de produção do conteúdo. O jornal passou a buscar cada vez mais leitores e, para tal ampliação, foi necessário se desvincular da parcialidade e do comprometimento com um determinado partido ou sistema político. Nesse cenário, o jornalismo começou a levantar a bandeira da objetividade.

A velocidade da produção constituiu um jornalismo comercial e industrial, com novos estilos e gêneros textuais. O principal produto do jornal deixou de ser o artigo, ou melhor, o texto escrito com linguagem literária e carregado de opiniões políticas, e passou a ser a notícia – texto conciso, focalizado nos acontecimentos. Estilo, formato, conteúdos e parâmetros de qualidade foram estabelecidos para a caracterização da notícia. Assim foram institucionalizados os modos de reconhecer e selecionar os fatos e, conseqüentemente, criadas tipificações para classificá-los.

Mauro Wolf (2003) reconhece tipos diferentes de valores-notícia: os de seleção, os de construção, os que dizem respeito à imagem que o jornalista tem dos destinatários e os relacionados à concorrência. Como valores-notícia de seleção, com critérios substantivos, Traquina (2005) listou: a morte, a notoriedade, a proximidade, a relevância, a novidade, o tempo, a notabilidade, o inesperado, o conflito ou a controvérsia, a infração e o escândalo. Traquina também destaca valores-notícia de seleção com critérios contextuais: a disponibilidade, o equilíbrio, a visualidade, a concorrência, o dia noticioso; e valores-notícia de construção: a simplificação, a amplificação, a relevância, a personalização, a dramatização e a consonância.

Esses valores “operam na prática de modo complementar” (WOLF, 2003, p. 202) e envolvem as expectativas do leitor. Tais expectativas podem ser traduzidas por desejos ou por necessidades interpretadas pelos produtores do jornal (lugar proposto ao



destinatário pelo enunciador) e são importantes para que se enquadre um fato como acontecimento jornalístico. A relevância⁶ e a consonância⁷ são os valores que se relacionam mais diretamente com o público. A relevância “traduz significados que interessam particularmente ao auditório” (PONTE, 2005, p. 199) e a consonância tem relação com os saberes e competências (semântica, enciclopédica, lingüística etc.) do destinatário.

O apelo ao público faz parte da lógica jornalística, que é marcada por contradições conhecidas como efeitos do campo: “De início, o *fazer saber*, princípio fundador do campo de produção jornalístico deve ser minimizado ou, às vezes, ignorado pelo *fazer sentir* ou *fazer seduzir*” (FERREIRA, 2002, p. 244). Afinal, ao ser mediatizado, o acontecimento tem que se transformar em uma narrativa que interesse a todos ou que mobilize os saberes e atenda as expectativas de um grande número de indivíduos. São principalmente as expectativas da audiência que caracterizam a relevância de um acontecimento para que este seja noticiado (GUERRA, 2004).

A notícia deve ser de interesse público, objetiva, verdadeira, inédita e recente, porque são essas as características que o receptor deseja e tem direito de obter, segundo o paradigma do jornalismo moderno. A seleção de acontecimentos nas diversas seções de uma mídia periódica é pautada, portanto, entre outros critérios, pela sua atualidade – o que intensifica o regime de “presentismo”⁸ nos meios de comunicação e na sociedade.

Franciscato (2003) explica que querer saber o que há de novo no mundo é uma disposição ancestral do homem. Quando as novas descobertas científicas incentivaram o desejo de estar informado sobre guerras, conflitos internos e fofocas da nobreza, foi estabelecida uma “cultura do tempo presente”, que tanto influenciou como foi influenciada pelo jornalismo. A “novidade” é uma construção social e discursiva de trazer à tona algum conteúdo desconhecido. Entretanto, muitas vezes a cobertura de um mesmo acontecimento desdobra-se em edições diversas, que oferecem apenas novos aspectos do fato já noticiado. A novidade não é plena no jornalismo, porque este habitualmente repete temas e tipifica eventos, dando ao leitor um sentimento de proximidade e familiaridade com o noticiado.

⁶ Relevância é a “preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas” (TRAQUINA, 2005, p. 80)

⁷ Para haver consonância, “a notícia deve ser interpretada num contexto conhecido, pois corresponde às expectativas do receptor. Implica a inserção da novidade num contexto já conhecido, com a mobilização de ‘estórias’ que os leitores já conhecem” (TRAQUINA, 2005, p. 93).

⁸ Sobre o regime de “presentismo”, ver Antunes (2007).



Ora, se a relevância jornalística é estabelecida principalmente considerando as expectativas do leitor e se efetivamente existe hoje uma acentuação do tempo presente e da novidade, como explicar que os jornais ainda dêem destaque a acontecimentos históricos? Por que recorrentemente o passado é resgatado e celebrado pela imprensa?

O reconstruir acontecimentos jornalísticos do passado pode ser elucidado inicialmente pelos próprios critérios de noticiabilidade. Entre os diversos valores-notícia enumerados por Nelson Traquina (2005), o fator tempo destaca-se por mostrar que um acontecimento já publicado pode servir como gancho (“*new peg*”: “cabide”) para outros acontecimentos a ele ligados. Existem ganchos a partir de uma data específica (alguma notícia publicada em ano anterior, mas nesse mesmo dia), a partir de aniversários ou de assuntos que permanecem mais tempo na mídia, por seu impacto. Enfim, algo importante aconteceu no passado e o “próprio fator tempo é utilizado como gancho para justificar falar de novo sobre o assunto” (TRAQUINA, 2005, p. 81).

A informação inscrita numa “atualidade que se renova pelo acréscimo de pelo menos um elemento novo” (CHARAUDEAU, 2006, p. 134) deve, entretanto, portar uma carga de inesperado para evitar a saturação. O passado só se torna presente em ocasiões específicas, conforme Charaudeau: quando há uma comemoração ou a celebração de um acontecimento “cujo valor simbólico é preciso reviver”.

Certamente, como explica também Marialva Barbosa (2006), as comemorações são estratégicas para a reconstrução do passado e para a expansão da memória na contemporaneidade. A autora, escrevendo sobre eventos comemorativos como os 500 anos do descobrimento do Brasil e os Jogos PanAmericanos, traz reflexões que podem ser aplicadas às comemorações na imprensa:

A comemoração é construída como acontecimento, restabelecendo a lógica narrativa na qual o passado pode ser utilizado concomitantemente ao presente, moldando uma realidade diferente. Mas, na presentificação do passado, os meios de comunicação apresentam também uma expectativa de futuro. (...) Entender a lógica da construção comemorativa como processo de re-instauração de uma dada memória nacional, lugar de coexistência das memórias coletivas atuais e reservatório daquilo que resta das antigas memórias comemorativas, é compreender as razões que levam ao estabelecimento de marcos singulares (BARBOSA, 2006, p.18).

Ao dar visibilidade às datas comemorativas, o presente é conectado ao passado, este é atualizado e uma memória é construída. O passado é desenvolvido discursivamente como fato incomum, excepcional, mas não é ele que efetivamente



aparece. Um certo pitoresco, com valor performativo, é mostrado como se fosse o verdadeiro passado, explica Barbosa (2006, p. 19): “A função dessa evocação do passado nas comemorações não é redescobri-lo, mas construí-lo e, neste sentido, inventá-lo”. O momento memorial, assim, intensifica o presente e antecipa o futuro.

Uma vez indicado o “fator tempo” entre os critérios de noticiabilidade, não nos interessa mais detalhar o porquê de um acontecimento histórico ser reconstruído na mídia contemporânea, mas sim entender o como isso ocorre.

2. Metodologia: a Análise do Discurso Jornalístico

A relevância jornalística deve ser analisada a partir das pistas textuais que apontam as expectativas e os saberes do leitor (nos títulos, por exemplo, serão observados vestígios do que cumpre as funções de chamar a atenção do leitor e informá-lo). Aqui notaremos também a mobilização de valores culturais e a relação estabelecida entre acontecimento histórico e novas informações. Quanto à construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico, investigaremos, principalmente, o enquadramento da temporalidade na narrativa (revelada nos indicadores de tempo da situação da enunciação ou do contexto), e dos modos como o passado histórico e o presente da enunciação se entrelaçam.

Para a realização da análise, trabalharemos com conceitos da Análise do Discurso de linha francesa, como dialogismo (mobilização de outros discursos e de outros sujeitos na elaboração do discurso analisado), dêiticos (embreantes, como pronomes pessoais e advérbios de tempo e lugar), enunciação (plano das modalidades do dizer), enunciado (plano do dito) e enunciador. Será importante destacar as marcas lingüísticas e não-lingüísticas para a leitura de posicionamentos ideológicos, lugares de fala etc. Porém, para isso, precisaremos entender a que contexto pertence tal discurso; afinal, condições de produção do campo jornalístico, contexto sócio-histórico e cultural, interdiscurso (conjunto de ditos e discursos anteriores), tudo, enfim, é importante para a realização da análise. Por isso, antes de iniciá-la, apresentaremos um breve histórico da relação do jornal com a Guerra de Canudos, que facilitará a compreensão de algumas posteriores conclusões.

3. A Guerra de Canudos no Jornal *O Estado de S. Paulo*



A campanha de Canudos foi uma das conseqüências da confusa instauração da República Brasileira. Contra o lugarejo monarquista, segunda maior cidade da Bahia na época, e seu líder Antonio Conselheiro, foram enviadas quatro expedições militares. No início de outubro de 1897, terminou a resistência sertaneja – vencida também pela fome, pelo cansaço e pela morte de Conselheiro.

Euclides da Cunha foi enviado a Canudos, como correspondente de guerra do jornal *O Estado de S. Paulo*, após escrever os artigos “A Nossa Vendéia” (14 de março e 18 de julho de 1897), que relacionavam Canudos à Vendéia – uma sublevação católica ocorrida no oeste da França, por camponeses e nobres contrários aos ideais da Revolução Francesa.

Em dezembro de 1902, Euclides da Cunha publicou *Os sertões*, obra considerada ainda hoje “o livro de Canudos”. A partir de então, muito tem sido escrito sobre o tema, em diferentes tipos de produção intelectual e cultural, e diversas matérias jornalísticas relacionadas ao acontecimento histórico foram publicadas – revelando que o interesse da imprensa por esta memória institucionalizada é também centenário.

3.1. O jornal e as Matérias Seleccionadas para Análise

Exemplo de impresso que acompanhou a história da Guerra de Canudos desde o seu início, *O Estado de S. Paulo* publicou em sete edições matérias sobre o tema em 1996 e dezenove em 1997 (centenário da guerra). Em 2002 (centenário da publicação do livro), foram publicadas dezoito matérias. Uma pesquisa quantitativa no arquivo desse jornal nos revelou que, entre 1995 e 2003, anualmente, foi publicada pelo menos uma notícia relacionada ao assunto.

Segundo o histórico disponível na página on-line d’*O Estado de S. Paulo* (<http://www.estadao.com.br/historico/index.htm> - acessado em 22/01/2009):

Cunha, então um jovem redator republicano expulso do Exército passa a colaborar com "O Estado" (...). Em 1896 a tiragem não consegue ultrapassar os dez mil exemplares, não por falta de novos leitores, mas devido às limitações do equipamento gráfico. Porém, uma nova máquina é adquirida e a tiragem pula para 18 mil exemplares durante a campanha de Canudos, quando eram ansiosamente aguardadas as reportagens enviadas por Euclides da Cunha através do telégrafo.

A história de Canudos faz parte da história d’ *O Estado de S. Paulo*. Por isso, em 1997, enquanto a mídia nacional apenas abordava as comemorações do centenário da



guerra, *O Estado* publicava textos inteiros de Euclides da Cunha no caderno principal e no *Jornal da tarde*. Mas a maioria das matérias sobre o tema foi publicada no Caderno 2⁹; e, por essa razão, os textos aqui selecionados para a análise são desta editoria.

Para o estudo proposto, foram lidos todos os textos publicados entre 1996 e 1997, mas selecionados apenas dois para a análise. Estes foram escolhidos por apresentarem muitos e claros dispositivos enunciativos da relevância e da atualidade jornalísticas, além de uma auto-referencialização do jornal.

3.2. Análise

3.2.1. “Parente revê história do vilão de Canudos”, por Jotabê Medeiros, 04/03/97

(p. 5)

Este título adianta informações do texto, mas de forma incompleta, chamando a atenção para a leitura do subtítulo, que complementa ou explica o título: “Sobrinho-trineto do Coronel Moreira César diz que antepassado teve imagem deturpada”. Título e subtítulo são frases completas, com verbos no presente do indicativo e resumem as principais informações do texto. Para quem não conhece muito sobre a história de Canudos, é ainda destacada, pelo olho (recurso de edição do texto jornalístico), a frase: “Oficial paulista morreu há cem anos em batalhão no sertão da Bahia”. Assim, mesmo sem ler toda a matéria, o leitor saberá que se trata de uma reivindicação de revisão da história, por parte de um parente de um oficial paulista que morreu na Guerra de Canudos e que foi considerado seu maior vilão. Esta última conclusão é retirada do título, pelo uso do artigo definido “o” combinado à preposição “de”, na expressão: “do vilão de Canudos”, que isola o sentido e dá notoriedade ao substantivo (não é um vilão qualquer. É o vilão).

Corpo do texto – Para uma compreensão perfeita do assunto tratado no enunciado, o leitor precisaria de informações que não estão no texto. Mas, para os que não possuem tais informações, o enunciador deixa pistas que complementam superficialmente a leitura. No início do primeiro parágrafo, por exemplo, afirma: “Ele foi o nosso general Custer”. Quem desconhece a história de George Armstrong Custer (1839-1876; militar nortista estadunidense que comandou tropas na luta contra os índios

⁹ O Caderno 2 tem mais liberdade para usar uma linguagem próxima à literária e tem matérias mais analíticas do que factuais. O lead e o texto podem ser mais trabalhados, porque os jornalistas aí não lidam com o furo, ou seja, “há tempo para trabalhar melhor as pautas e toda a força tem que estar justamente na reportagem bem feita e em um texto bem escrito”, explica Dib Carneiro, editor do Caderno 2 do *Estadão* (PAULA, 2009).



e ficou famoso pelos massacres cometidos) só pode compreender a comparação ao ler, no último parágrafo, a opinião do sobrinho-trineto do oficial brasileiro (só aí se entende também que este é o verdadeiro enunciador da primeira frase do texto, e não o jornalista): “(...) ‘Há que se entender Moreira César como fruto de uma época’, observa. ‘Assim como os americanos sabem que o general George Custer matou muitos índios, mas fez isso avalizado por toda a sociedade’”.

A tentativa do parente, de reconstruir a imagem de Moreira César à custa de comparações minimalistas e descontextualizadas, é exposta pelo jornalista em discurso direto (forma que aparece diversas vezes no texto), o que gera um efeito de “dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado”. Para Maingueneau (2002, p. 141), trata-se “de uma *encenação* visando criar um efeito de autenticidade: eis as palavras exatas que foram ditas, parece dizer o enunciador”. O autor explica ainda que o discurso direto é usado para mostrar-se objetivo (próprio do discurso jornalístico) e distanciar-se, “porque o enunciador citante não adere ao que é dito e não quer misturar esse dito com aquilo que ele efetivamente assume” (p. 142).

Quando o enunciador, na matéria analisada, não usa o discurso direto para expor a opinião do parente de Moreira César, usa a “modalização em discurso segundo” (p. 139), que também indica que não é o responsável pelo enunciado citado: “Segundo o engenheiro, Moreira César não é o louco homicida que Euclides da Cunha descreveu em *Os sertões*”.

O enunciador não poderia se comprometer com o *dito* do parente de Moreira César por dois motivos: primeiro porque, mesmo escrevendo para o Caderno 2, elabora um discurso jornalístico e, logo, idealmente objetivo e imparcial; segundo porque ele estaria entrando numa polêmica se assumisse aquela posição – pois *Os sertões* é reconhecido como uma das mais brilhantes obras da literatura brasileira e a caracterização do personagem Moreira César pode diferir em alguns aspectos, mas é amplamente aceita como a de um homem extremamente violento e excêntrico.

Como o próprio título esclarece, Moreira César é tido como “o” vilão de Canudos – mesmo não sendo o comandante da expedição que acabou com o arraial¹⁰. Tal adjetivação é explicada logo no início do texto, quando enunciadas algumas das

¹⁰ Moreira César comandou a terceira expedição contra Canudos – que, com a morte deste oficial assim que a tropa começava a invadir o arraial, logo debandou. A quarta expedição, do Coronel Artur Oscar, foi a responsável pelo fim da Guerra e vitória do exército republicano.

suas ações: “Esfagueou pelas costas um jornalista que ‘falou mal’ da República. Decepeu a cabeça de um soldado que duvidou da coragem do seu regimento. Segundo a história oficial, o homem espancou, torturou, prendeu, arrebentou (...) se tornou uma das mais lendárias e execradas figuras (...) dos campos de batalha nacionais”. Assim, o enunciador também eleva a carga patética (emocionante, dramática, de importância) do seu discurso, o que justifica seu agendamento. Isso acontece ainda ao usar adjetivos comparativos e superlativos de superioridade, como na afirmação de que Moreira César “acabou mais cantado em verso e prosa do que o próprio Conselheiro” e que “Moreira César era o mais indicado e provavelmente teria sido o novo presidente (da República), segundo uma tese antiga”.

A relevância do discurso ainda é construída pelo caráter de novidade da pesquisa do sobrinho-trineto de Moreira César: “Até o biógrafo do coronel, o escritor baiano Oleone Coelho Fontes, ignorava a nova documentação descoberta pelo engenheiro paulistano quando completou seu livro, no ano passado”.

O discurso é rico também em dialogismos. Além de se referir a Custer, revisa a parte da história brasileira que liga Moreira César aos presidentes Floriano Peixoto e Prudente de Moraes e usa a heterogeneidade mostrada (explicitação de citações) para dialogar com trechos de *Os sertões* e de *A guerra do fim do mundo* (novela sobre Canudos, do peruano Mario Vargas Llosa, que, conforme o enunciador, “é até simpático a César”).

O discurso é construído intercalando o passado histórico (“morreu há cem anos”, “era o braço direito do marechal Floriano Peixoto”, “aplicou pela primeira vez a pena de morte no Brasil”), o passado recente (“passou anos pesquisando a vida do antepassado”; “descobriu a filiação secreta do coronel (...) como desvendou toda sua árvore genealógica”) e o presente da enunciação (“Até hoje (...)”, “Tem conclusões fortes sobre o caso, que forcem uma revisão histórica do papel de Moreira César na Guerra de Canudos”).

3.2.4. “Cem anos de Canudos”, por Carlos Soulié do Amaral, 05/10/97 (p. 1)

Este é um título-informacional não verbal. Ou seja, ao suprimir o verbo, a marca temporal desaparece e, portanto, o presente é sedimentado. É também sedimentada uma memória paradigmática: o título não aponta um acontecimento singular e sim um tema caro ao jornal (MOUILLAUD, 2002). Por isso, ele pode ser repetido ou construído de

forma muito semelhante no mesmo periódico: “Cem anos de Canudos” e “Canudos, cem anos”. Há um sentido de processo em curso, mas não o do acontecimento e sim o do próprio tempo decorrido entre o seu fim e o dia da publicação da matéria. Por fim, faz desaparecer: datas, co-enunciadores¹¹, citações ou declarações, e mantém o efeito de presente.

Geralmente, apenas no corpo dos artigos a noção do tempo cronológico é construída. Aqui a cronologia é adiantada no subtítulo: “Em 5 de outubro de 1897, acuado por milhares de soldados, caíram os últimos quatro defensores do arraial baiano e das idéias de Antônio Conselheiro, como relatou Euclides da Cunha em *Os sertões*”. Ao usar o discurso indireto, a frase de Euclides “perde sua autonomia enunciativa, tornando-se dependente do verbo introdutor” (MAINGUENEAU, 2002, p. 151), no caso, o verbo “relatar”, no pretérito perfeito. O sentido deste verbo está ligado à descrição, a testemunhar e posteriormente contar; portanto, tem relação com as noções de verdade e objetividade tão importantes para o jornalismo moderno. O enunciador simplesmente assume o trecho clássico¹² do fim de *Os sertões* como fonte jornalística e oculta o fato de o escritor Euclides não estar presente no último dia da guerra, bem como a função estética literária da sua obra.

Corpo do texto – Como estabelecer limites temporais ao início e fim do acontecimento no discurso? Esta é uma questão que parece importante na leitura dessa matéria, porque, apesar de no título e no subtítulo o enunciador marcar com precisão o fim da Guerra de Canudos, as causas, conseqüências e informações contextuais são muito exploradas e estendidas no texto. Antes de tocar no tema Canudos, ele aborda as anteriores revoltas ou “convulsões que explodiam em múltiplos pontos” do Brasil (como a Revolução Federalista e a Revolta da Armada); contextualiza a substituição do presidente da República Prudente de Moraes e seu posterior retorno; e, após narrar muito resumidamente a guerra e principalmente o seu fim, enfatiza os tumultos contínuos na capital federal após o conflito, que levaram à morte do então Ministro da Guerra Marechal C. M. Bittencourt. Assim, ao buscar a história da Guerra, o leitor se perde em digressões e descrições que parecem relativizar as fronteiras temporais que geralmente são impostas na construção discursiva deste acontecimento.

¹¹ O leitor, conforme Maingueneau (2002), pode ser considerado co-enunciador por sua interação ou participação no discurso, através da produção de sentidos.

¹² “Fechemos este livro. Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados” (Cunha, 2002, p. 777).



A ênfase do enunciado, apesar de o título e o subtítulo relevarem o centenário, não parece estar na guerra em si, mas em elementos metalingüísticos, ou seja, na valorização da própria produção jornalística d'*O Estado de S. Paulo*. A matéria é iniciada apresentando dois personagens importantes para a história deste jornal: “O convite feito por Julio Mesquita ao poeta e engenheiro militar fluminense Euclides da Cunha para acompanhar o ministro da Guerra a Canudos na qualidade de repórter, trouxe ao Brasil uma nova informação: a informação de si mesmo”. É assim que o texto começa a elogiar a figura de Euclides e a substituir o foco no acontecimento pelo foco no escritor.

Ainda nesta linha de exaltação do personagem, observemos os seguintes trechos: “O País (...) não conseguia olhar-se com isenção e clareza. Euclides fez isso de modo dilatado e encantado”; “Euclides da Cunha brilhou pela independência do olhar. Jamais escreveu uma página de ficção. Formado à luz positiva da razão, da sociologia, da análise matemática, foi capaz de entrelaçar ciências puras e humanismo, num enfoque telúrico, claro, desprendido do oficialismo imperante e irrigado por extraordinário talento literário. Um olhar que até hoje ilumina o nosso – e informa bem”. O enunciador apresenta Euclides como escritor e repórter, porém, ao elogiar sua escrita, deixa ambíguo a que discurso exatamente se refere. Ao abordar a múltipla formação do personagem, dá brilhos a sua intelectualidade e seu cientificismo, que são características muito valorizadas na cultura contemporânea. Ao associar a Euclides: isenção, clareza, independência do olhar, verdade (“jamais escreveu uma página de ficção”) e informação, o enunciador mobiliza valores do jornalismo moderno (bem distintos dos valores do jornalismo da época, opinativo e partidário), dando a entender que por isso Euclides era um bom redator, o que aumenta a relevância do enunciado. Por fim, associa-o a um elemento dramático (não muito explicado ou contextualizado no texto, mas com possível função de continuar mantendo a atenção do leitor): “O escritor morreu com quatro tiros no peito”.

A construção da imagem de Julio Mesquita (que dirige o jornal desde 1888) não é diferente. O enunciador explica que este foi o único secretário de Estado de Prudente de Moraes, presidente que descreve como sóbrio, que se esquivava de festas e recepções, advogado interiorano que dorme pouco e trabalha muito (características valorizadas pela sociedade). A culpa pelo início da guerra, entretanto, é direcionada para Manoel Vitorino (substituto do presidente quando este adocece), que foi descrito de forma oposta: “transferiu-se para o Palácio do catete, mais luxuoso, nomeou um novo



ministério, aderiu às posições jacobinas e resolveu mandar uma tropa do Exército para combater uma comunidade de sertanejos miseráveis e fanáticos”. Depois, o enunciador narra a volta do presidente a suas funções e a nomeação do Marechal Bittencourt como ministro de Guerra – que, durante festejos, na volta de Canudos, morre no lugar do presidente: “recebeu no peito os golpes destinados ao chefe de estado”. Não é difícil, portanto, encontrar no discurso vestígios da transformação de alguns personagens em heróis: “A morte do ministro da Guerra, pelo brio da farda, resvalou para a corporação a que servia e traumatizou a República”. Julio Mesquita é outro herói, por ser, conforme o enunciador, o primeiro homem a dar “estímulo e impulso” a Euclides, “fazendo-o repórter e incentivando-o a escrever *Os sertões*, do qual *O Estado* publicou os *Excertos de um Livro Inédito*”. O que o enunciador mais uma vez silencia (pois esta informação diminuiria a carga valorativa do jornal) é que após a escrita do livro, Euclides procura *O Estado*, mas este se recusa a editá-lo.

O texto é rico em dialogismos (cita Euclides, Luís Viana etc.), o que produz o sentido de aprofundamento no tema por parte do enunciador. É predominantemente escrito no passado; contudo, o sentido de atualidade é construído no relato pela presença do dêitico temporal “hoje” e do determinante da primeira pessoa do plural, “nosso”. Assim, não apenas é deixado um vestígio explícito do enunciador, como, ao mesmo tempo, o co-enunciador é interpelado. Estes dêiticos permitem que o leitor identifique o ambiente temporal simulado pela enunciação (de atualidade, contemporaneidade, simultaneidade entre o tempo da produção e o da recepção), quando, por exemplo, o enunciador afirma que o olhar de Euclides “até hoje ilumina o nosso. O mesmo acontece no trecho: “hoje (...) sua obra ainda ilumina a compreensão da aventura humana no Brasil, desvendando, nas camadas profundas da nossa estratificação étnica, o encontro de brancos, pretos (...)”. A atualidade é marcada aí pelo uso dos advérbios de tempo “hoje” e “ainda” e pelo verbo no gerúndio – o que produz um sentido de processo, de permanência no presente.

4. Considerações Finais

A relevância no discurso jornalístico sobre fatos do passado é construída quando: a valorização da memória de “um dos personagens mais importantes da história” ou da “maior guerra civil do interior brasileiro” (enfim, de algum “maior” ou “mais” qualquer coisa) é enfatizada; as curiosidades, dúvidas e controvérsias ganham



destaque; mobilizam-se valores culturais, como nas menções a atividades profissionais que ainda hoje trabalham com o tema (arqueólogos, especialistas, escritores, engenheiros etc.).

As implicações do passado para o presente são sempre lembradas nas matérias sobre eventos históricos, conforme observado nos textos analisados. Assim se produz o sentido de atualidade nesses enunciados. A temporalidade da narrativa é construída predominantemente pelo presente e pelo pretérito do indicativo. Este é principalmente visível nos textos comemorativos, ou seja, nas matérias sobre o centenário, que enfatizam o tempo cronológico e apresentam menos informações novas ou descobertas recentes.

As matérias sobre acontecimentos históricos não têm apenas o fator tempo como valor-notícia. Podemos destacar ainda: a morte, o conflito, a disponibilidade, a amplificação e a relevância. Esses valores estão também relacionados com a linha editorial da organização jornalística e, logo, com os temas importantes para o jornal.

Verón (2004, p. 247) explica que a produção de um conjunto de leitores se faz em uma situação de concorrência – quando “as estratégias dos títulos se interdeterminam”. Afinal, a multiplicidade de ofertas midiáticas produz um conteúdo muito semelhante, e assim, “o único meio de cada título construir sua ‘personalidade’ é através de uma estratégia enunciativa própria, ou seja, construindo um certo vínculo com seus leitores” (p. 249). Observa-se, portanto, que, entre os dispositivos enunciativos construídos pelo jornal *O Estado de S. Paulo* para se diferenciar, o principal é a auto-referencialização.

Uma vez que *O Estado de S. Paulo* participou ativamente da cobertura da Guerra de Canudos, enviando um correspondente que posteriormente se tornaria um dos maiores ícones da literatura brasileira, este tema se torna caro para o jornal e, muitas vezes, ao abordá-lo, o próprio *Estado* é citado e tematizado. Assim, ao tocar em um acontecimento construído discursivamente com a sua participação no passado, o jornal claramente se posiciona e valoriza não apenas o evento histórico, mas também a sua própria atuação. Logo, mesmo quando não há um novo acontecimento a ser relacionado com o acontecimento do passado, se o tema for relevante para o jornal, este justificará sua relevância na própria construção discursiva e o publicará.

5. Referências Bibliográficas



ANTUNES, Elton. *Videntes Imprevidentes: temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais impressos diários*. Salvador: Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas na UFBA, 2007.

BARBOSA, Marialva. Mídias e usos do passado: o esquecimento e o futuro. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 12, p. 13-26, dez. 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Ângela Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices: Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê, 2002.

FERREIRA, Giovandro Marcus. Apontamentos sobre as propriedades do campo de produção jornalístico. *Pauta Geral – Revista de Jornalismo*, Salvador, p. 243-258, 2002.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A atualidade no jornalismo*. Bases para sua delimitação teórica. Salvador: Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas na Universidade Federal da Bahia, 2003.

GUERRA, Josenildo Luiz. *O percurso interpretativo na produção da notícia*. Salvador: Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas na Universidade Federal da Bahia, 2004.

LOCHARD, Guy. Genres rédactionnels et appréhension de l'événement médiatique. Vers un déclin des "modes configurants"? *Réseaux: communication technologie société (CNET)*, n. 76, p. 49-60, mars - avril, 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 2. ed. São Paulo: Cortez: 2001.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. Informer: une conduite délibérée. *Reseaux: communication technologie société (CNET)*, n. 75, p. 25-41, janvier - février 1996.

MOULLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: UNB, 2002. (Coleção Comunicação, 2)

PAULA, Mônica. *Dib Carneiro Neto: a influência da Internet nas redações*. http://www.masteremjornalismo.org.br/noticia_view.php?id=1161. Acesso em: 22 jan. 2009

PONTE, Cristina. *Para entender as notícias – Linha de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis: Insular, 2005.

Resumo histórico. Grupo Estado. <http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>. Acesso em: 22 jan. 2009.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*. V. II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. Trad. Vanise Dresch. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação de massa*. Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção leitura e crítica).